

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CG2A1

O termo “soluções baseadas na natureza” foi cunhado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). A ideia é ele ser um conceito guarda-chuva: um único termo que consegue abranger uma grande gama de estratégias, técnicas, ações e atividades que envolvem a natureza para resolver problemas sociais, econômicos e ambientais do mundo atual.

Quando falamos especificamente de acesso à água, as florestas aparecem como uma das principais soluções baseadas na natureza para dar segurança aos nossos sistemas de abastecimento. Elas podem trazer benefícios para a sociedade ao mesmo tempo que se apresentam como investimentos economicamente viáveis, a ponto de uma série de pesquisas começar a abordar a vegetação nativa como uma forma de infraestrutura — a infraestrutura natural. Chamamos de “Infraestrutura natural” investimentos e intervenções em conservação, manejo e restauração da vegetação nativa e de florestas. Essas ações não substituem investimentos em infraestrutura convencional, mas se complementam, aumentando os benefícios e gerando maior resiliência onde são implantadas.

Atualmente, a maior parte dos investimentos em infraestruturas para o abastecimento de água das cidades é feita em infraestruturas convencionais, como reservatórios, represas e estações de tratamento. Essas obras podem ganhar muito se forem planejadas em sintonia com a infraestrutura natural. Em uma paisagem degradada, ou com solo que sofre processos severos de erosão, uma grande carga de sedimentos — terra e sujeira, por exemplo — acaba indo para os rios e reservatórios, o que aumenta os custos de dragagem e acarreta maior uso de produtos químicos no tratamento da água, além de diminuir a vida útil dos reservatórios. Com a restauração de florestas em paisagens degradadas e em áreas prioritárias para o abastecimento de água, como no entorno de reservatórios, as árvores evitam que grande parte dos sedimentos chegue aos cursos d’água, funcionando como barreiras naturais e gerando economia no uso de produtos químicos e nos custos de energia das estações de tratamento.

Isso sem contar os benefícios mais amplos, como recuperação do solo, captura de gases de efeito estufa, que ajuda a mitigar as mudanças climáticas, formação de corredores ecológicos para espécies ameaçadas e aumento da resiliência a impactos de eventos climáticos extremos, como secas ou inundações. Dessa forma, a infraestrutura natural é um investimento inteligente do ponto de vista socioeconômico, que traz retornos no longo prazo e produz bons resultados para toda a sociedade. As empresas de saneamento no país todo só têm a ganhar ao investir na restauração florestal.

Com base nas ideias veiculadas no texto CG2A1, julgue os seguintes itens.

- 1 Segundo o texto, o florestamento de áreas nos entornos de estações de abastecimento hídrico otimiza o tratamento da água porque as árvores realizam uma filtragem da água que entra nas estações.
- 2 Depreende-se do uso da expressão “infraestrutura natural” que, na perspectiva apresentada no texto, certos elementos da natureza, como florestas e vegetação nativa, constituem infraestruturas autônomas.
- 3 No texto, defende-se a ideia de que, no caso do abastecimento de água, os investimentos em infraestrutura convencional sejam remanejados para infraestrutura natural.
- 4 De acordo com o texto, o investimento em infraestrutura natural é economicamente vantajoso por atenuar os gastos com a infraestrutura convencional de abastecimento de água.
- 5 No texto, a caracterização das “soluções baseadas na natureza” como um “conceito guarda-chuva” baseia-se na ideia de proteção oferecida por essas soluções, implícita no termo “guarda-chuva”.

Acerca dos mecanismos de coesão do texto CG2A1, julgue os próximos itens.

- 6 Seriam mantidas a correção gramatical e a coerência do texto caso a forma verbal “consegue” (último período do primeiro parágrafo) fosse substituída por “consiga”.
- 7 No penúltimo período do último parágrafo, a expressão “Dessa forma” estabelece relação com os modos de beneficiamento do meio ambiente mencionados no período anterior, podendo ser substituída, sem prejuízo da coerência do texto, por **Assim como**.
- 8 A expressão “a ponto de” (segundo período do segundo parágrafo) introduz oração que denota circunstância de proporcionalidade.
- 9 No segundo período do penúltimo parágrafo, a omissão da forma verbal “forem” prejudicaria as relações de coesão estabelecidas no período e, conseqüentemente, a coerência textual.
- 10 No segmento “as árvores evitam que grande parte dos sedimentos chegue aos cursos d’água” (último período do penúltimo parágrafo), o emprego, na oração subordinada, da forma verbal “chegue” no presente do subjuntivo deve-se ao uso, na oração principal, da forma verbal “evitam” no presente do indicativo e ao sentido expreso pelo verbo.
- 11 Seriam mantidas a correção gramatical e a coerência do texto caso o vocábulo “Quando” (primeiro período do segundo parágrafo) fosse substituído por **Se**.

Considerando a estruturação linguística do texto CG2A1, julgue os itens subsecutivos.

- 12 Seria mantida a correção gramatical do texto caso a forma verbal “é feita” (primeiro período do penúltimo parágrafo) fosse substituída por **são feitos**.
- 13 No segmento “acesso à água” (primeiro período do segundo parágrafo), o emprego do sinal indicativo de crase é facultativo.
- 14 No segmento “toda a sociedade” (penúltimo período do último parágrafo), a supressão do artigo definido mantém a correção gramatical e os sentidos originais do texto.
- 15 No último período do segundo parágrafo, o sujeito da oração “mas se complementam” é “investimentos em infraestrutura convencional”.
- 16 Os sinais de travessão no terceiro período do penúltimo parágrafo poderiam ser substituídos, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, por sinais de parênteses.
- 17 No trecho “captura de gases de efeito estufa, que ajuda a mitigar as mudanças climáticas” (primeiro período do último parágrafo), a flexão da forma verbal “ajuda” na terceira pessoa do singular justifica-se por sua concordância com a expressão “efeito estufa”, à qual o vocábulo “que” se refere.

Julgue os próximos itens, relacionados aos direitos humanos.

- 18 Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos e de desrespeito a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nessa área, o Procurador-Geral da República pode suscitar, perante o STJ, o deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- 19 A declaração universal de direitos humanos expressamente assegura que todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade, à igualdade, à moradia, ao meio ambiente equilibrado e à segurança pessoal.
- 20 Os direitos humanos são um conjunto de faculdades e instituições, que, em cada momento histórico, concretizam as exigências de dignidade, liberdade e igualdade humanas, as quais devem ser reconhecidas positivamente pelos ordenamentos jurídicos em nível nacional e internacional.
- 21 O rol de direitos e garantias fundamentais catalogados no Art. 5.º da Constituição Federal de 1988 deve ser interpretado restritivamente, por ser exaustivo.
- 22 O STF considerou que os tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados pelo Congresso Nacional sem rito especial de aprovação são incorporados ao ordenamento jurídico pátrio como norma supralegal.

Julgue os itens subsequentes, de acordo com o Estatuto da pessoa idosa (Lei n.º 10.741/2003) e o Estatuto da pessoa com deficiência (Lei n.º 13.146/2015).

- 23 Ao maior de 60 anos é assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, incluindo o que diz respeito aos serviços seletivos e especiais prestados paralelamente aos serviços regulares.
- 24 A comunidade e a sociedade têm a obrigação de assegurar à pessoa idosa a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária.
- 25 A pessoa com deficiência tem capacidade civil limitada, o que compromete, em termos legais, seu exercício do direito de guarda e adoção.

Julgue os itens a seguir, em relação ao Pacto de São José da Costa Rica e ao Decreto n.º 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos).

- 26 Os juízes da Corte Interamericana de Direitos Humanos têm mandatos de 6 anos, com possibilidade de uma reeleição.
- 27 O direito à proteção da família não tem previsão no Pacto de São José da Costa Rica.

Durante a análise de solicitações feitas ao setor de atendimento de um órgão público, foram observadas as seguintes regras de funcionamento.

- Sempre que o atendimento for presencial, será necessário realizar agendamento prévio.
- Se o atendimento for urgente, não poderá ser realizado por *email*.
- Quando o atendimento for feito por *email*, não haverá necessidade de agendamento prévio.

Com base nas regras apresentadas, julgue os itens a seguir, conforme a lógica proposicional.

- 28 Caso o atendimento tenha ocorrido de forma presencial, espera-se que tenha havido agendamento prévio.
- 29 Sempre que o atendimento for realizado por *email*, é necessário que tenha sido previamente agendado.
- 30 Se o atendimento foi feito por *email*, então não foi urgente.

Uma reportagem veiculada em um jornal local tratou de valores cobrados por profissionais autônomos para a elaboração de projetos arquitetônicos de pequenas residências térreas, em um município do interior de Minas Gerais. De acordo com o levantamento estatístico que inspirou a reportagem, 55% dos profissionais cobram o valor mínimo de R\$ 2 mil por esse tipo de projeto. O projeto mais caro encontrado no levantamento custou R\$ 10 mil, embora o preço médio praticado pelos 100 profissionais entrevistados tenha sido igual a R\$ 3 mil.

Com base nessas informações, julgue os próximos itens.

- 31 O valor de R\$ 2 mil representa a moda da distribuição dos preços cobrados.
- 32 Se o valor referente ao projeto mais caro encontrado nesse levantamento for excluído por ser considerado um caso excepcional, os valores da moda e da mediana não serão alterados.
- 33 A mediana dos valores cobrados é igual a R\$ 6 mil.

Julgue os itens a seguir, com base na Lei n.º 12.378/2010 e no Regimento Geral do CAU/BR.

- 34** O presidente do CAU/BR será eleito mediante voto de todos os arquitetos e urbanistas registrados e adimplentes, em votação secreta.
- 35** Nos casos em que o acusado é intimado para apresentar defesa, reinicia-se a contagem do prazo de prescrição da pretensão de punição das sanções disciplinares do CAU/BR.
- 36** No âmbito das sanções disciplinares do CAU, a penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de suspensão.
- 37** Os empregados públicos do CAU/BR, efetivos ou não, serão contratados mediante aprovação em concurso público.

Julgue os itens subsequentes, de acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e com a Resolução do CAU/BR n.º 193/2020.

- 38** As penas aplicáveis ao servidor público pela comissão de ética são as de censura, suspensão e demissão.
- 39** Ficarão isentos do pagamento da anuidade os arquitetos e urbanistas que completarem 40 anos de contribuição, sendo computado também o tempo de contribuição aos CREA, não se considerando eventuais períodos de interrupção, suspensão ou cancelamento do registro.
- 40** O servidor não pode omitir ou falsear a verdade, ainda que esta seja contrária aos interesses da própria administração pública.
- 41** Os arquitetos e urbanistas com até 5 anos de formado têm direito de pagar apenas metade do valor da anuidade.

No que se refere à formalização e execução de contratos com a administração pública, julgue os itens a seguir.

- 42** A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais representantes da administração, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 43** São válidos os contratos verbais com a administração pública nos casos de obras e serviços de engenharia por dispensa de licitação, desde que respeitado o teto de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- 44** O registro de variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços deve ser realizado mediante a celebração de aditivo contratual.

Acerca do sistema de compras públicas federais e suas aplicações, julgue os itens seguintes.

- 45** Por meio do AntecipaGov, fornecedores que têm contratos ativos com órgãos da administração pública federal podem solicitar a antecipação de crédito dos valores que ainda têm a receber.
- 46** No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, fornecedores de materiais e serviços não credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF podem participar somente de cotações eletrônicas.
- 47** Com o uso do compras.gov.br, os fornecedores podem cadastrar propostas e enviar lances em processos de dispensas eletrônicas.

Julgue os itens a seguir, relacionados às contratações diretas realizadas no âmbito da Lei n.º 14.133/2021.

- 48** Na execução de estudos técnicos e projetos básicos contratados por inexigibilidade de licitação, diante de comprovada necessidade de ganho de escala, é permitida a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.
- 49** É inexigível a licitação, quando inviável a competição, para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual por profissionais ou empresas de notória especialização, incluindo fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços.
- 50** Antes da seleção da proposta mais vantajosa para contratação de obras e serviços de engenharia nas contratações em que há dispensa de licitação, é indispensável a divulgação em sítio eletrônico oficial, pelo prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a manifestação de interesse da administração pública em obter propostas adicionais de eventuais interessados.

Espaço livre